

OS DISSIMULADOS. A EMIGRAÇÃO CLANDESTINA MADEIRENSE RECUPERADA ATRAVÉS DAS LISTAS DE EMBARQUE

NELLY DE FREITAS

Revestindo os estudos sobre migrações internacionais um carácter muito complexo, em que se devem entrosar métodos e instrumentos de natureza demográfica, estatística, geográfica, antropológica, sociológica e política, nunca devem ser perdidos os fios condutores que relacionam os números com as pessoas; as tendências colectivas com as motivações individuais; os diferentes contextos (legal, social, económico e cultural), entre si; e, finalmente, as situações circunstanciais próprias de cada tempo e de cada par de lugares.

ROCHA-TRINDADE, 2004: 172

No contexto europeu de grande emigração entre os séculos XIX E XX, foi avaliado em 55 milhões o número de pessoas que deixaram o continente entre 1821 e 1924.¹ Nesse conjunto, entre 1855 e 1930, foram quase 2 milhões o número de portugueses.² Mais particularmente, apesar de suas relativas dimensões e população, o arquipélago da Madeira representou, juntamente com os Açores, grande parte da diáspora portuguesa em termos comparativos. Chamados pelos parentes, amigos ou vizinhos já instalados no estrangeiro, os madeirenses rumaram para lugares como Demerara, Havaí e Brasil, este último destino exercendo, em particular e desde o século XVI, uma forte atração sobre os povos insulares.

Não raras vezes, as ilhas portuguesas do Atlântico, *carrefours* importantes, lugares de passagem obrigatório,³ terras de fronteiras entre o antigo e o novo mundo e “pilar[es] central de uma ponte estabelecida por cima do Oceano”,⁴ são esquecidas das coletâneas estatísticas sobre os movimentos emigratórios no Brasil. Mergulhados em meio aos « portugueses », os ilhéus têm ainda o agravante de viverem em maior intensidade o

1 THISTLETHWAITE, 1991: 20.

2 PENA PIRES et alii, 2010: 22. Observou-se, para o período 1855-1914, a saída de cerca de 1,3 milhões de portugueses. (COSTA LEITE, 2000: 177).

3 FEBVRE, 1949: 269.

4 VERLINDEN, 1953: 391.

fenômeno da clandestinidade, pois estão situados no meio das rotas marítimas.⁵ Essa característica só torna mais complexo o fato de que as migrações humanas “... constituem um fenômeno marcante da história econômica e social e do cotidiano de muitas ilhas”.⁶

O trabalho a ser aqui apresentado fez parte de uma ampla pesquisa doutoral sobre a emigração proveniente do arquipélago português da Madeira para o Estado de São Paulo na segunda metade do século XIX, quando as lavouras de café, a abolição da escravatura e vozes defendendo o embranquecimento da população pediram braços à Europa. Nesse estudo, para dar mais visibilidade aos emigrantes madeirenses, recorreremos a um *corpus* de fontes capaz de apreender em detalhes o caminho migratório desde a partida, na Madeira, até a chegada, na Hospedaria do Imigrante, em São Paulo. Assim, cruzamos os dados contidos nas listas dos passageiros embarcados no porto do Funchal, na Madeira⁷, e nos passaportes⁸, com os das listas de desembarque no porto de Santos e das listas da Hospedaria do Imigrante de São Paulo. Foi assim possível, através da montagem de uma detalhada base de dados, rastrear quase 14 000 emigrantes que, entre 1886 e 1899, partiram da Madeira com destino a São Paulo.

Dessa documentação, as listas de embarque dos passageiros tornaram-se essenciais para complementar as informações contidas nas listas de passaportes, mas sobretudo para captar casos de emigração clandestina madeirense. De fato, como já havia ressaltado a historiadora Maria Ionnis Baganha, apesar de os registros de passaportes representarem uma fonte fundamental para compreender o fluxo migratório português, eles cobrem somente os emigrantes legais.⁹

Assim, pretende-se aqui salientar a importância dessa fonte muitas vezes esquecida. Para tanto abordaremos, num primeiro momento, o contexto da Madeira nos finais do século XIX para, a seguir, apresentarmos as listas de embarque dos passageiros saídos do porto do Funchal concluindo, finalmente, como essa documentação permitiu captar, em vários casos, tentativas de emigração clandestina.

5 COSTA LEITE, 2001: 176.

6 FONSECA, 2010: 7.

7 Arquivo Regional da Madeira (A.R.M.). Administração do Concelho do Funchal. *Listas dos passageiros saídos*. Livros n.º 124 à 132.

8 A.R.M. Fundo do Governo Civil. *Registo de Passaportes*.

9 BAGANHA, 1990: 225-226.

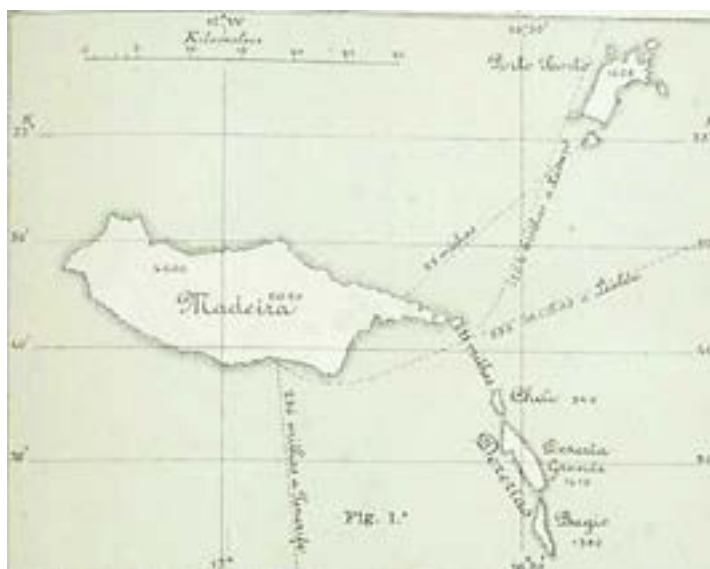
O ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA NOS FINAIS DO SÉCULO XIX

MAPA 1 ABAIXO

Cercados pelo Atlântico, alvos de várias crises socioeconômicas e em constante contato com os estrangeiros, vindos para o turismo ou à negócios, os madeirenses não hesitavam em emigrar. Como em Portugal e nos Açores, a economia madeirense das décadas finais do século XIX baseava-se, sobretudo, em uma agricultura rudimentar, com mão de obra numerosa. Sua indústria teimava em deixar de ser incipiente e apresentava falhas semelhantes às do setor primário.¹⁰ Em 1890, por exemplo, três quartos da população insular trabalhavam na terra,¹¹ criando um contexto de alto risco em caso de crise nesse setor, com potencial impacto em várias esferas da sociedade, inclusive nos movimentos emigratórios.

Mapa 1

O arquipélago da Madeira¹²



10 Esse atraso tecnológico e industrial português era constantemente referido nas correspondências dos cônsules franceses em Lisboa. Diziam eles, por exemplo, que, « infelizmente, a agricultura portuguesa era ainda muito primitiva » (Arquivo Nacional da França (A. N. F.). *Commerce et Industrie*. F/12/7165: carta enviada pelo Consulado da França no Porto do 26 de Agosto de 1899).

11 OLIVEIRA, 1999: 34.

12 LOUREIRO, 1910: 187.

Ademais, a historiografia existente aponta o sistema de propriedade de terras, sobretudo o predomínio do *contrato de colônia*,¹³ como tendo forte impacto sobre a economia e a emigração. O desapego ao terreno onde se trabalhava, pela quase impossibilidade de conseguir o título de propriedade, provocava ainda menos receio nos agricultores de partir.¹⁴ Ademais, a escolha pela monocultura - primeiro a cultura da cana de açúcar seguida, a partir do século XVI, pelas vinhas para fabricação do Vinho Madeira de exportação - foi também apontada como grave problema. Com efeito, essa realidade tornava a economia insular extremamente dependente do mercado externo e altamente sensível ao impacto de pragas nas culturas.¹⁵

Esse contexto, já bastante conhecido da historiografia, levou a população a identificar na emigração um dos raros meios para fugir das dificuldades e encontrar melhores condições de vida, ainda que em terras distantes.¹⁶ Entretanto, é preciso salientar, como o fez o historiador Alberto Vieira, que mesmo em período de estabilidade econômica, a emigração permanecia.¹⁷ Tratava-se, na verdade, de um espaço onde a emigração era uma tradição antiga e onde a cultura popular aceitava e encorajava a partida no sentido de melhorar as condições de vida.¹⁸

Assim, se alguns se beneficiavam dos generosos contratos de recrutamento do além-mar, como os propostos pelos paulistas para financiar a travessia, nem sempre e nem todos preenchiam os requisitos necessários para tanto. Com efeito, desde a lei de 1863¹⁹, tornava-se indispensável o porte do passaporte para emigrar legalmente. Considerando, entretanto, os preços elevados para obter o precioso sésamo (podiam chegar a representar de 10 a 20 por cento do preço da viagem²⁰), vários candidatos à emigração não tinham outra escolha

13 PITTA, 1929; RIBEIRO, 1945: 47-72; SOUSA, 1994. Para mais informações sobre esse sistema, ver também: Henrique Felix de Freitas VALLE. *A Revolta na Madeira e a Comissão de Inquérito. Breves Considerações e Apontamentos*. Funchal-Madeira: Typographia « Funchalense », 1888, p. 6; João Agostinho Perry da Camara LOMELINO. *A crise agrícola da Madeira e o contracto de colonia*, Funchal: Typ. Do Diário de Notícias, 1888; LE MARQUIS DEGLI ALBIZZI. « Six mois à Madère. 1888 ». Texte et dessins inédits. *Le Tour du monde*, 65-96, 1889, p. 71-72.

14 VIEIRA, 1993: 108; CÂMARA, 2002: 31-33. É preciso ressaltar que a população da Madeira cresceu a um ritmo constante num espaço limitado, dando resultado a um dos números mais altos de densidade no país nos finais do século XIX. Com efeito, apesar da desigual distribuição interna, o distrito do Funchal apresentava a segunda maior densidade de Portugal, vindo logo depois do distrito do Porto. Em 1864 ela era de 135.9 hab/km² (sendo 147.7 na Madeira e 33.4 no Porto Santo) e em 1900, era de 184.8 hab/km² (sendo 200.2 na Madeira e 54.8 no Porto Santo). RODRIGUES, 2004: 31.

15 VIEIRA, 2003: 295.

16 CARDOSO, 1968: 6-7.

17 VIEIRA, 1990: 46.

18 COSTA LEITE e CÂMARA, 2010: 107.

19 "Regulamento geral de policia para o transito no continente do reino e nas ilhas adjacentes, entrada de viandantes e sua saída para o estrangeiro". 7 de Abril de 1863. In: *Collecção official da legislação portugueza, anno 1863*. Lisboa: Imprensa nacional, 1864, p. 142-151.

20 KLEIN, 1993: 239; COSTA LEITE, 1997: 384.

que não fosse a da clandestinidade. Ademais, muitos jovens, mesmo quando havia financiamento disponível, passavam para a ilegalidade devido à proibição total de partir a que eram submetidos em razão do serviço militar obrigatório. Essa constituía uma questão que o Estado vinha tentando equacionar, através de maiores controles quando do recrutamento, desde a aprovação, em 27 de julho de 1855, da lei que instaurou o serviço militar compulsório a partir de 20 anos.²¹

Desde essa data, os jovens rapazes eram recrutados entre 20 e 21 anos, com única possibilidade de desobrigação caso provassem que, com seu trabalho, constituíam o exclusivo recurso de subsistência de sua família.²² Nesse mesmo diploma legal, antevendo possíveis evasões dos jovens para o estrangeiro, fora proibida a concessão de passaportes para aqueles com idade entre 18 e 21 anos.²³ Endurecendo ainda mais as regras, o Regulamento de 4 de junho de 1859 proibiria a concessão do mesmo documento então para aqueles com idade entre 14 e 21 anos.²⁴ Uma única exceção prevista era a emissão do documento mediante o pagamento de uma taxa. Entretanto, elevado demais para as famílias da época (500 réis²⁵), esse recurso era aproveitado por pouquíssimos. Em um contexto insular de crises sucessivas, até a venda dos bens da família tornava-se inviável.²⁶

Aliás, com um serviço militar de 8 anos considerado como uma tragédia econômica pelas famílias, mais uma razão somava-se ao seu interesse pela emigração. Assim, lançavam-se vários madeirenses em buscas de alternativas às limitações legais e aos custos do documento que poderia fazê-los embarcar no porto do Funchal.²⁷

Foi tal realidade que deixou traços no Arquivo Regional da Madeira de vários exemplos de fraude em relação à emissão e ao uso dos passaportes. Assim, seguindo os ensinamentos do demógrafo francês Daniel Courgeau, o qual sublinhou a necessidade de recorrer a outros documentos administrativos como os “levantamentos elaborados nas fronteiras”²⁸ para suprir a falta ou insuficiência de registos de população, decidimos considerar as listas de embarque dos passageiros saídos do porto do Funchal.

21 PEREIRA, 1859: 327-347.

22 PEREIRA, 1859: 327-347. Outra possibilidade oferecida pela lei, ainda que marginal, era a da indicação de um substituto capaz, um irmão, por exemplo, com idade acima dos 18 anos.

23 PEREIRA, 1859: 338.

24 ALCANTARA, 1961:107-108.

25 A.R.M. Governo Civil do Funchal (A.11.a). *Fianças para embarque de colonos ; Termos de fiança de mancebos sujeito ao recrutamento ; Fianças e termos de passaportes ; Recrutamento ; Movimento do recrutamento ; Registos de correspondência sobre recrutamento.*

26 MIRANDA, 1991: 61.

27 PEREIRA, 2002: 35.

28 COURGEAU, 1980: 28-30.

AS LISTAS DE EMBARQUE DOS PASSAGEIROS NO PORTO DO FUNCHAL: UMA FONTE AINDA POUCA EXPLORADA

As listas dos madeirenses que embarcaram no porto do Funchal, examinadas neste estudo, foram recolhidas no arquivo regional da Madeira, sediado na cidade do Funchal. Essa documentação apresenta-se sob forma de cadernos, nos quais foram indicados todos os navios que, do porto do Funchal, levaram os emigrantes assim como os passageiros da Madeira para destino tais quais o Brasil, a Argentina, a Guiana Britânica, o Havaí, Nova Iorque ou a África.

Atualmente, existe no arquivo madeirense um total de vinte e quatro cadernos contendo as listas de embarque dos passageiros para o período indo de 1864 a 1898. Após esse último ano, essa documentação cessa de existir²⁹ e os movimentos migratórios só podem então ser analisados a partir das listas dos passaportes.

No trabalho doutoral, para construir a base de dados acima referida, consultamos nove cadernos³⁰ para o período compreendido entre os anos de 1886 e 1898. O ano de 1886 foi escolhido para inaugurar o período cronológico porque corresponde ao ano de criação da Sociedade Promotora de Imigração, em São Paulo, cujas atividades permitiram aumentar de maneira significativa o fluxo migratório.

Em razão de limitações formais típicas de um trabalho doutoral, não foi possível analisar todos os navios que, da Madeira, navegaram rumo ao Brasil. Enquanto entre 1886 e 1898, 260 navios deixaram o porto do Funchal dirigindo-se a portos como Santos, Rio de Janeiro e até mesmo Belém, selecionamos e registramos somente os 160 navios, trazendo um total de 13 923 indivíduos, destinados a Santos.

Em relação ao formato da documentação aqui analisada, as listas de passageiros apresentam-se geralmente como uma tabela com várias colunas de informações. Frequentemente, aparecem o nome e a nacionalidade do navio e, muitas vezes, o nome do capitão, a data de partida assim como o destino.

A lista é geralmente organizada por famílias, com o nome e o sobrenome do chefe de família seguido da identificação dos acompanhantes. Ademais, estão também presentes informações quanto à idade, ao estado civil assim como à naturalidade. Particularmente em relação aos anos de vida, muitas vezes tal referência estava ausente na descrição das mulheres, com exceção daquelas viajando com os filhos, como chefe de família ou sozinhas. Todavia, no trabalho doutoral, foi possível reconstituir mais perfeitamente o perfil das famílias, e corrigir tais lacunas, graças ao cruzamento de outras fontes como as listas de passaportes e as listas de controle produzidas no Brasil.

29 Várias hipóteses são possíveis, podem ter sido perdidas, destruídas ou simplesmente não elaboradas.

30 A.R.M. Administração do Concelho do Funchal. *Listas dos passageiros saídos*. Livros n. ° 124 à 132.

Sobre as listas de embarque, ainda vale mencionar os dados referentes ao laço de parentesco entre o chefe de família e os indivíduos que o acompanhavam, além da esposa e dos filhos. Assim figuram irmãs, irmãos, cunhados, cunhadas, genros, noras, sogras, sogros, sobrinhos e até mesmo netos.

Finalmente, ainda nessa fonte, a profissão era raramente indicada em detalhe para cada indivíduo. Na maioria dos casos, aparecia a menção « agricultor », « lavrador » ou « jornaleiro » generalizada para toda a família, inclusive para as crianças.

Com efeito, faz-se importante recordar que, à época, mulheres e crianças exerciam um papel importante no aumento da renda familiar no campo, tanto na Madeira, como posteriormente nas plantações de café do Brasil. De fato, como sublinhou Benedita Câmara, no arquipélago de partida, nas populações das zonas rurais, independentemente do sexo, as crianças ajudavam os pais desde cedo, geralmente entre os seis e sete anos.³¹

O geógrafo e historiador português Orlando Ribeiro registrou igualmente essa realidade camponesa ao lembrar que crianças madeirenses de sete anos estavam acostumadas a colher ervas para alimentar as vacas e, aos doze anos, os jovens meninos iam à montanha buscar madeira e ajudar os pais com a irrigação e o trabalho da terra enquanto as meninas começavam a aprendizagem do bordado, grande artesanato madeirense muitas vezes, aliás, retomado onde a família emigrava.³²

Apesar de tal conjunto documental não permitir ao historiador, de imediato, conclusões sobre número de emigrantes (distinguindo-os dos simples “passageiros” dos navios³³) ou sobre a natureza da emigração (se temporária ou definitiva), sua consideração foi fundamental para completar informações que tanto as listas de passaportes (nem sempre os titulares de tal documento partiam) como as listas de desembarque apresentavam. Ademais, tornou-se essencial para tentar captar a parte de clandestinidade do fluxo.

31 CÂMARA, 2002: 30.

32 RIBEIRO, 1985: 113.

33 Eram considerados i/emigrantes os indivíduos viajando na terceira classe. *Relatorio do anno de 1878 apresentado à Assembléa Geral na segunda sessão da decima setima legislatura pelo ministro e secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú*. Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias, 1879, p. 45.

A EMIGRAÇÃO CLANDESTINA NAS LISTAS DOS PASSAGEIROS SAÍDOS DO PORTO DO FUNCHAL

Dentre os dados recolhidos para alimentar a pesquisa doutoral acima mencionada, nota-se uma marcante presença feminina, 46,14 % do total, bem como uma proporção elevada de crianças entre 0 e 9 anos, 30 % do total, e uma presença reduzida de indivíduos viajando sozinhos, 5,25 % do total.³⁴ Esses dados permitiram determinar, assim, uma particularidade no deslocamento dos insulares: os madeirenses partiam em família. Assim já havia alertado o historiador Joaquim da Costa Leite ao afirmar que, em 1890, emigravam do Continente cerca de 430 homens por cada 100 mulheres, enquanto “nas Ilhas” o número era de cerca de 115 homens, “ou seja, próximo do equilíbrio”.³⁵

Outras conclusões relevantes foram obtidas através dos dados socioeconômicos recolhidos, demonstrando que esse fluxo de madeirenses respondeu às demandas e necessidades do governo de São Paulo entre 1886 e 1899. Enquanto 80 % declararam-se agricultores, quase 70 % viajaram no âmbito de um contrato assinado entre o governo paulista e companhias de navegação.³⁶ Ademais, após a chegada e a passagem quase sistemática pela Hospedaria de São Paulo (73,88 % dos viajantes³⁷), 80 % das famílias dirigiram-se para o interior das terras paulistas.

Muito provavelmente em consequência dessa emigração familiar, mais fácil de controlar pelas autoridades, os clandestinos formam somente 1% do total do fluxo.³⁸ Ainda assim, a sua presença só foi possível de ser verificada devido a um cuidadoso uso das listas de embarque aqui examinadas.

Sobre as dimensões desse fenômeno de clandestinidade, há um debate ainda em aberto entre especialistas. A discussão, sem surpresa, gira em torno da dificuldade de mesurá-lo pela sua natural tendência a não deixar traços. Exatamente por essa razão, são necessários ainda maiores estudos sobre fluxos migratórios com rigor metodológico buscando cruzar todas as fontes possíveis ligadas aos registros dos migrantes, tanto na origem quanto no destino. Demonstrando a polêmica sobre o assunto já na época, chamamos a atenção para o fato de que o *Primeiro Inquérito sobre Emigração*, elaborado pelo Parlamento português

34 FREITAS, 2013: 517-522.

35 COSTA LEITE e CÂMARA, 2010: 109.

36 FREITAS, 2013: 488-495, 564-569.

37 Nota-se a grande diferença dos valores recolhidos por Ana Sílvia Volpi Scott, baseados nos relatórios do inspetor do porto de Santos na época, sobre o total de portugueses desembarcados. Desses, em 1907 por exemplo, somente 17% teriam rumado até a Hospedaria do Imigrante. VOLPI SCOTT, 2000: 128.

38 FREITAS, 2013: 539-548.

em 1873, estimou a emigração clandestina « em 20% sobre a emigração total³⁹ ». *Somente dez anos mais tarde, o deputado Oliveira Martins a avaliaria em 13 %.*⁴⁰

Em estudos mais rigorosos sobre o período, historiadores têm publicado diversas conclusões reforçando a necessidade de um maior debate sobre o tema. Maria Norberta Amorim, por exemplo, estimou em 20% de clandestinos o fluxo de açorianos que deixaram a Ilha do Pico na segunda metade do século XIX. Já Maria Ionnis Baganha, analisando as partidas totais dos Açores entre 1880 e 1900, indica uma taxa variando entre 13% e 15%.⁴¹

Um dos primeiros passos para entender esse fenômeno através de documentos hoje disponíveis para consulta passa pela consideração de que o passaporte, na época, era apenas uma folha de papel sem foto contendo somente uma descrição das características físicas do indivíduo. Desnecessário mencionar como essas condições favoreciam a comercialização secundária ilegal do documento e a frequência de fraudes.

O negócio parecia de fato tão lucrativo, que indivíduos pediam a obtenção do documento somente para comercializá-lo clandestinamente (valores entre 7\$000,⁴² 12\$000⁴³ ou mesmo 13\$000 réis,⁴⁴ bem maiores do que os preços oficiais, eram praticados⁴⁵) e até mesmo agentes ligados ao serviço de emigração para o Brasil vendiam passaportes de falecidos à indivíduos correspondendo aproximativamente à descrição física indicada.⁴⁶

Nesse contexto, as listas de passaportes emitidos pouco ou nada dizem sobre aqueles que tentaram ou conseguiram embarcar dissimulados. Mas consultando as listas de embarque no porto do Funchal foi possível notar o nome de vários pretendentes a viajantes risca-

39 *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a emigração portuguesa*. Câmara dos senhores deputados. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 41.

40 OLIVEIRA MARTINS, 1994: 210.

41 BAGANHA, 1990: 212.

42 Foi o preço pedido, por exemplo, por Manoel de Freitas, da freguesia de Boaventura, para vender seu passaporte a Manuel Rodrigues. Manuel apresentou o documento à polícia quando embarcou num vapor em direção ao Brasil antes de ter sido descoberto e desembarcado. A.R.M. Administração do concelho do Funchal. Correspondência expedida. Livro 314. Ofício 131. Carta de 13 de Março de 1888 enviada ao administrador do concelho de São Vicente pelo administrador do Funchal.

43 Foi o preço que pagou, por exemplo, Manoel Joaquim Braga, solteiro da freguesia do Porto Moniz, à Jesuino, da mesma localidade, para embarcar no navio *Bearn* com destino ao Brasil. A.R.M. Administração do concelho do Funchal. Correspondência expedida. Livro 314. Ofício 199. Carta de 16 de Junho de 1890 ao administrador do concelho do Porto Moniz.

44 Quantia paga em 1890, por exemplo, por Francisco Rodrigues, em idade para o serviço militar, e Maria Augusta, ambos do concelho da Ponta do Sol, para comprar o passaporte de José d'Abreu Branco e emigrar para o Brasil. A.R.M. Administração do concelho de Ponta do Sol. Correspondência entrada. Livro 9. Carta n.º 147 enviada pelo Governador civil do distrito do Funchal ao administrador do concelho da Ponta do Sol.

45 2\$600 réis em 1882. COSTA LEITE, 1987: 467.

46 A.R.M. Administração do concelho de Ponta do Sol. Correspondência entrada. Livro 10. Circular n.º 192 enviada em 4 de Fevereiro de 1891 pelo governador civil do Funchal, Manoel de Saldanha da Gama, ao administrador do concelho da Ponta do Sol.

dos e com a expressão « não foram » inscrita ao lado. Só depois de identificada a importância dessa informação nos documentos é que maiores detalhes puderam ser recolhidos na correspondência oficial entre as autoridades da ilha e do continente. Finalmente, pôde-se, então, saber mais sobre os ditos clandestinos barrados antes da partida.

Foi nesse processo de análise de documentos que se entendeu melhor, por exemplo, por que na lista do navio *Baltimore*, que deixou o Funchal em 8 de Novembro de 1889 para o Brasil, João Alves Pitta e a esposa, Antonia de Jesus, são indicados como não tendo seguido viagem apesar de terem obtido um passaporte para São Paulo. Na realidade, não se tratava nem de João nem de Antonia, mas de Francisco Pitta e esposa, cuja história fez com que o administrador do concelho do Funchal enviasse uma carta a seu homólogo da Ponta do Sol, concelho de origem de todos os protagonistas, a fim de avisá-lo da tentativa falhada.⁴⁷

O mesmo ocorreu com Francisco António Teixeira e sua esposa, que tinham em mãos ilegalmente os documentos de João Fernandes Velloza e Francisca de Jesus e que foram desembarcados igualmente do navio *Baltimore* em 18 de novembro de 1889. Mais uma vez, tendo a informação das listas em mãos, foi o exame complementar de uma carta do administrador do concelho do Funchal que permitiu conhecer a razão de tal fato⁴⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de limitadas para construir, de forma autônoma, uma narrativa global do fenômeno migratório, as listas de embarque no porto do Funchal tornam-se fundamentais quando o cruzamento de fontes é necessário não somente para reconstituir o perfil dos viajantes, mas também para identificar aqueles que partiram ou tentaram partir clandestinamente.

Ademais, mesmo se essas listas apresentam geralmente as mesmas informações que as listas de bordo recolhidas nos arquivos brasileiros, elas têm a vantagem de ajudar os pesquisadores na identificação, no porto de chegada, dos navios transportando madeirenses permitindo, então, dar mais valor aos “fortes apelos regionalistas presentes nessa imigração, que são reveladores de diferenças internas contudentes, especialmente no caso dos madeirenses e açorianos”.⁴⁹ Com efeito, considerando que uma vez chegados no Brasil os insulares portugueses, dos Açores e da Madeira, eram registrados como “portugueses”, entende-se ainda melhor a importância da utilização dessa fonte, elaborada no porto de partida.

47 A.R.M. Administração do concelho do Funchal. Correspondência expedida. Livro 314. Ofício 183. Carta de 9 de Novembro de 1889 enviada pelo administrador do concelho do Funchal ao administrador da Ponta do Sol.

48 A.R.M. Administração do concelho do Funchal. Correspondência expedida, livro 314. Ofício 183. Carta de 9 de novembro de 1889 enviada pelo administrador do concelho do Funchal ao da Calheta.

49 CORTE, 2006: 138. Consultar, ainda, CORTE, 2002.

Referências bibliográficas

ALCANTARA, João José de, 1861. *Legislação militar de execução permanente até 31 de dezembro de 1860*. Vol II. Lisboa: Imprensa Nacional.

BAGANHA, Maria Ioannis Benis, 1990. *Portuguese emigration to the United States, 1820-1930*. New York & Londres: Garland publishing, Inc.

CÂMARA, Benedita, 2002. *A economia da Madeira, 1850-1914*. Lisboa: ICS, Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisbonne.

CARDOSO, Agostinho, 1968. « Fenómeno económico-social da emigração madeirense ». *Revista de Direito Administrativo*, 3 (XII), Coimbra: Coimbra Edição.

COSTA LEITE, Joaquim da, 1997. "Os negócios da emigração (1870-1914)". *Análise Social*, 136-137 (XXXI), Lisboa: ICS, 381-396.

COSTA LEITE, Joaquim da, 2000. "O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)". In: Boris FAUSTO. *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 177-200.

_____, 2001. "Migratory Regions in the Portuguese Mainland and the Islands, 1864-1911". In: *Imigração e Emigração nas Ilhas*. Funchal: CEHA, 173-190.

_____ e CÂMARA, Benedita, 2010. "O recrutamento militar e a emigração madeirense nos finais do século XIX". *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, 2, Funchal: CEHA, 106-112.

COURGÉAU, Daniel, 1980. *Analyse quantitative des migrations humaines*. Paris: Masson.

FEBVRE, Lucien, 1949. *L'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire*. Paris: Editions Albin Michel.

FONSECA, Maria Lucinda, 2010. « Introdução ». In : Maria Lucinda FONSECA (Coord.). *Aproximando Mundos : Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Actas da Conferência Internacional, Lisboa.

FREITAS, Nelly de, 2013. *Des vignes aux caféiers : Étude socio-économique et statistique sur l'émigration de l'archipel de Madère vers São Paulo à la fin du XIX^e siècle*. Tese apresentada na Université Paris-Sorbonne em 4 de Abril de 2013.

KLEIN, Herbert S., 1993. « A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX ». *Análise Social*, 2 (28), 235-265.

LIMA MARTINS, Ismênia de, 2008. "Registro de imigrantes: estratégia de pesquisa". In: MATOS, Maria Izilda, SOUSA, Fernando de, HECKER, Alexandre. *Deslocamento e histórias: os portugueses*, Bauru/SP: EDUSC, 15-26.

LOUREIRO, Adolfo Ferreira, 1910. *Os portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Parte I – Arquipélago da Madeira. Lisboa: Imprensa Nacional.

- MIRANDA, Sacuntala, 1999. *A emigração portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Edições Salamandra.
- OLIVEIRA, Isabel, 1999. "A Ilha da Madeira. Transição Demografica e Emigração". *Revista População e Sociedade*, 5, Porto: CEPESE, 25-59.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro, 1994. *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães Edições, 3ª edição.
- PENA PIRES, Rui (Coord.); MACHADO, Fernando Luis; PEIXOTO, João; VAZ, Maria João, 2010. *Portugal: Atlas das migrações internacionais*. Lisboa: Tinta-de-china edições.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2002. *A política portuguesa de emigração(1850-1930)*. Revisão técnica Maria Helena Ribeiro da Cunha. Bauru/SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões.
- PEREIRA, Vital Prudencio Alves (Coord.), 1859. *Collecção systemática das ordens do exercito desde 1809 até 1858*. Lisboa: Typographia de Francisco Xavier de Souza & Filho.
- PITTA, Pedro, 1929. *O contrato de Colonia*. Comunicação realizada na Academia das Ciências de Lisboa em 9 de Maio de 1929.
- RIBEIRO, Orlando, 1985. *A Ilha da Madeira até meados do século XX*. Lisboa: Instituto de Cultura e língua portuguesa, Ministério da Educação.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz da, 2004. "A realidade da imigração em Portugal". In: [Org.] Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: diversidade, cidadania, interação*. Lisboa, 172-184.
- RODRIGUES, Teresa, 2004. *A população Portuguesa no século XIX*. Porto: CEPESE, Edições Afrontamento, Coll. "Economie et Société".
- SOUSA, João José Abreu de, 1994. *História rural da Madeira, a Colonia*. Funchal: Direcção regional dos assuntos culturais.
- TELO DA CORTE, Andréa, 2006. "A relevância das fontes Oraís no estudo do fenómeno migratório". In: LIMA MARTINS, Ismênia de e SOUSA, Fernando. *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro : FAPERJ, CEPESE, 138-128.
- _____, 2002. *A imigração madeirense em Niterói, 1930-1990 : um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal Fluminense.
- THISTLETHWAITE, Frank, 1991. « Migration from Europe overseas in the Nineteenth and Twentieth Centuries ». In: VECOLI, Rudolph J. e SINKE, Suzanne M. *A century of European migrations, 1830-1930*. Chicago: University of Illinois Press, 17-57.
- VERLINDEN, Charles, 1953. « Les origines coloniales de la civilisation atlantique, antécédents et types de structure ». *Journal of World History*, 1: 378-398.

VIEIRA, Alberto, 1990. "Emigration from the Portuguese Islands in the Second Half of the Nineteenth Century: The Case of Madeira". In: David HIGGS *Portuguese Migration in Global Perspective*, Toronto: Multicultural History Society of Ontario, 42-58.

_____, 1993. "A Emigração madeirense na segunda metade do século XIX". In: *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e imigração em Portugal (século XIX e XX)*, Lisboa: Fragmentos, 108-144.

_____, 2003. *A vinha e o vinho na história da Madeira, séculos XV a XX*, Funchal: CEHA, Secrétariat Régional du Tourisme et de la Culture.

VOLPI SCOTT, Ana Silvia, 2000. « Verso e reverso da imigração portuguesa : o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930 ». *Revista Oceano*, 44, : 126-142, oct/Dec. 2000.